

REQUERIMENTO N° , DE 2014
(Do Sr. Roberto Freire)

Requer o envio do PL 5609/2013, que altera a Lei 12.801, de 24 de abril de 2013, para dispor sobre a reestruturação do Ensino Fundamental de 09 anos, para garantir à criança, a partir dos 06 anos de idade, a aquisição da alfabetização/letramento na perspectiva da ludicidade e de seu desenvolvimento global, para apreciação pelo Plenário desta Casa.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do parágrafo 6º do artigo 52 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o envio do PL 5609 de 2013, de minha autoria, ao Plenário desta Casa para deliberação.

JUSTIFICAÇÃO

Com a alteração proposta pela lei 12.801/13, o Ministério da Educação pretende reduzir a distorção idade-série na Educação Básica, bem como melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Todavia, a medida estabelece metas muito pouco ousadas para o país. Nossa realidade é outra. Hoje crianças de 2 e 3 anos já sabem mexer em telefones celulares, computadores e tablets, desde cedo são estimulados pelas tecnologias e se interessam, cada vez de forma mais precoce, pela leitura.. Os indícios científicos comprovam que a idade ideal para iniciar a alfabetização é anterior ao limite estipulado de 8 anos pelo Ministério da Educação e cabe questionar porque na escola particular o processo começa aos 6 anos e na escola pública é diferente.

O que se pretende com esta proposição é uniformizar a oferta da alfabetização para as crianças de nosso País, a partir dos 06 anos de idade, prática que já acontece nas escolas particulares com grande êxito e em algumas escolas públicas, embora de forma incipiente.

Nesse sentido, acreditamos que a proposição ora em tela carrega uma novidade legislativa importante e não deve ter sua apreciação limitada apenas a uma comissão de mérito.

Por esse motivo, contamos com o apoio dos ilustres pares, para discussão e aprovação célere do PL 5609 de 2013, para que assim possamos criar mecanismos que permitam o desenvolvimento global da Educação no Brasil.

Sala das Sessões, 26 de março de 2014.

Deputado Roberto Freire